PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Ciências Contábeis

4º Período Manhã

Contabilidade Avançada

Direito Tributário

Fundamentos de Marketing

Introdução ä Ciência Atuarial

Planejamento e Gestão Governamental

Sistemas Contábeis I

Teoria Básica da Contabilidade

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

###### Belo Horizonte

01 Novembro 2012

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Resumo de assunto apresentado às disciplinas: Contabilidade Avançada, Direito Tributário, Fundamentos de Marketing, Introdução à Ciência Atuarial, Planejamento e Gestão Governamental, Sistemas Contábeis I e Teoria Básica da Contabilidade do 4º Período Manhã do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Amaro da Silva Júnior

Alex Magno Diamante

Alisson Costa

Fátima Maria Penido Drumond

Geraldo de Assis Souza Júnior

Homero Domingues

Sérgio Ribeiro da Silva

Belo Horizonte

01 Novembro 2012

**SUMÁRIO**

1-[INTRODUÇÃO 4](#_Toc339473339)

2-[PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUAS ESPECIALIZAÇÕES 5](#_Toc339473340)

3-[SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL 7](#_Toc339473341)

4-[DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 9](#_Toc339473342)

5-[DIREITO TRIBUTÁRIO E SUAS APLICAÇÕES 14](#_Toc339473343)

6-[A INFLUENCIA DO PODER PÚBLICO SOBRE O PRIVADO E SUAS ESPECIFICAÇÕES 17](#_Toc339473344)

7-[SEGUROS DO ATIVO IMOBILIZADO 19](#_Toc339473345)

8-[A INTERLIGAÇÃO DO MARKETING COM A CONTABILIDADE 20](#_Toc339473346)

9- [CONCLUSÃO..............................................................................................................................22](#_Toc339473347)

**10-APÊNDICE .................................................................................................................................24**

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a contribuição da Contabilidade para as diversas áreas evidenciando as principais características e habilidades que um profissional contábil deve ter para obter êxito em sua profissão. Utilizando como metodologia pesquisas bibliográficas, entrevistas com profissionais da área, artigos científicos, estudos didáticos obtidos em sala através do professor.

Procuramos conceituar seguro e analisamos como é importante uma empresa ter um seguro para o ativo imobilizado.

Abordando a análise da Demonstração do Valor Adicionado - DVA da empresa Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., tendo como ênfase identificar o quanto a geração da riqueza agregada contribuiu aos demais setores relacionados à sua criação. Esta abordagem mostrará a relação existente entre a DVA e o Produto Interno Bruto – PIB, que além de ser um indicador econômico tal como os índices, retratam a riqueza gerada pelo país, porém, com enfoque macroeconômico.

Em uma abordagem gerencial, falaremos da ligação do marketing com a contabilidade e qual a sua importância diante disso. Mostrando quais influências as empresas de contabilidade recebem do marketing que fazem com que a mesma consiga captar mais clientes, fazendo um serviço de alta qualidade e sempre com o intuito de obter resultados positivos.

No Direito Tributário esclareceremos e conceituaremos o tributo, espécies e seus elementos. Mostrando os limites do poder de tributar, os princípios e a definição do planejamento tributário. Trabalhando os aspectos sobre a elisão e evasão fiscal, através do ponto de vista de contadores sobre a realidade brasileira da profissão.

Abordaremos a aplicabilidade do sistema de informação contábil em uma organização. Apontamos toda sua influência nesse ambiente altamente competitivo que vivemos e como um profissional contábil tem grandes chances ao desenvolver um conhecimento e domínio da tecnologia. Demonstraremos a interrelação do sistema com a contabilidade, o direito tributário e a teoria da contabilidade. Por fim buscaremos demonstrar de maneira sucinta o sistema da empresa Eletropaulo de modo a interagir com os conceitos demonstrados no decorrer do texto.

O setor público está diretamente relacionado com os tributos pagos pelas empresas privadas. Como formas de comprovação serão analisados valores da receita tributária do estado de São Paulo, e a DVA da empresa Eletropaulo, empresa esta, que será analisada durante o trabalho.

# PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUAS ESPECIALIZAÇÕES

O perfil do contador atual deve possuir uma formação humanística, técnica e científica para desenvolver atividades específicas da prática contábil, tendo uma visão global que o habilita a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido, para tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente, com capacidade de externar valores de responsabilidade social, justiça e ética, precisa ter competência para compreender ações, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações.

Diante das constantes mudanças econômicas no país, o profissional de contabilidade passa a ter mais importância de trabalho, ou seja, começa a ter mais valor perante a sociedade, trazendo assim uma maior responsabilidade para o mesmo, tendo que ter competência para criar marketing pessoal, apresentando características que façam com que superem as expectativas dos clientes, deixando claro o que seu serviço poderá trazer de benefício e estar sempre dando maior atenção para seus clientes, como os gestores.

De acordo com MARION (2005, p.29):

*“Para se tornar um profissional contábil bem sucedido, o contador deve valorizar a profissão, principalmente por ser a única com desemprega zero. Os estudantes de contabilidade devem se empenhar ao máximo durante o curso, pois isso poderá fazer diferença no futuro. Um conselho feito por ele é para juntamente com o curso buscar um paralelo a ele para agregar conhecimento, além de buscar ser um profissional por excelência.*

*Deve dedicar ao máximo á contabilidade, matemática, estatística, administração, economia e direito que são as áreas decisivas para o contador. É necessário também aprender a falar bem, participando de seminários, manifestando-se em sala de aula, sendo mais desinibido. E acima de tudo, é preciso uma especialização, concentrar-se em uma atividade específica da contabilidade que com certeza o sucesso profissional virá.”.*

Estamos em uma nova etapa da área contábil, em que a fase mecânica cedeu lugar a fase técnica que está cedendo lugar a fase da informação, o que está levando ao profissional contábil se especializar em diversas áreas.

Uma dessas diversas áreas é a contabilidade geral e financeira em que o profissional que é o contador como propriamente dito, pode estar vinculado a uma empresa por contrato de trabalho ou apenas prestar serviços como profissional liberal.

No entanto, o profissional contábil pode se especializar tanto na auditoria ou na perícia. O auditor contábil é aquele classificado com o exame da exatidão dos procedimentos contábeis, sendo ele independente, ou seja, um profissional liberal não podendo ser empregado da empresa, embora possa estar vinculado a uma empresa de auditoria. Já o auditor interno é o que tem vinculo empregatício com a empresa em que está fazendo a auditoria, preocupado com o controle interno.

Já o perito contábil fará a verificação dos registros contábeis e em outros aspectos, verifica registro com o objetivo de ajudar na tomada de decisão.

O analista contábil analisa a situação econômico-financeira de uma empresa com a ajuda dos relatórios contábeis.

Existe também o professor contábil que tem grande característica nesta área, exercendo o magistério do segundo grau ou de faculdade, exigindo do mesmo ter um curso de mestrado, podendo atuar em outras áreas não específicas da contabilidade.

Para aqueles que optarem em ingressar em cargos públicos, através do concursos como fiscal de renda, tanto na área federal, como na estadual e municipal, tem havido grande contingente de contadores aprovados.

# SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Com o advento da informática a contabilidade e seus aspectos sofreram mudanças significativas com reflexos no mercado, com isto este segmento tornou-se altamente competitivo exigindo dos profissionais envolvidos agilidade nos processos, legislação imediata e bom atendimento.

O mercado tornou-se amplo exigindo do contador conhecimento e um domínio da tecnologia valorizando a profissão contábil, onde o profissional deixou de ser apenas o gerador das informações, passando também a gerenciar as informações contábeis, decidir a natureza das informações e a hora de fornecê-las.

De acordo com MOSCOVE, ET AL, (2010, p. 19) “Em muitos aspectos, a contabilidade em si é um sistema de informações. Ela é um processo comunicativo que coleta, armazena, processa e distribui informações para a organização”.

A contabilidade como um sistema de informação auxilia a interrelação e compreensão com os processos organizacionais contribuindo para eficiência na gestão financeira coletando, registrando e processando dados gerados nos eventos financeiros, patrimoniais e econômicos.

Através das informações contábeis é possível efetuar registros de todas as ocorrências realizadas pela empresa, organizando-as de acordo com as necessidades dos interessados podendo assim elaborar DR, DVA, DFC, entre outras demonstrações consideradas fundamentais para o controle e desenvolvimento da empresa.

Os sistemas de informações contábeis (SIC) envolvem a contabilidade estando diretamente ligado ao direito tributário facilitando os cálculos de impostos de âmbito federal, municipal e estadual, contribuindo também para elaboração de Imposto de Renda transformando-se em grande ferramenta para pesquisadores de questões tributárias.

O SIC na empresa não deve ser limitado ao âmbito da contabilidade, e sim, compor um sistema de informações ligada a toda sua teoria e princípios fundamentais, permitindo a elaboração de relatórios que facilitem as tomadas de decisões, facilitando o alcance dos objetivos.

Para analise de sistema tomamos como base a empresa A & A Assessoria e Associados Ltda, que está no mercado a mais de 9 anos prestando serviços contábeis, fiscais e de departamento pessoal.

Em entrevista o contador Anderson Vieira informou que a empresa utiliza o sistema Mastermaq NG, que é de fácil domínio, tendo integração com todos os departamentos facilitando para todos os setores, sendo de extrema importância o sistema para mesma, onde através dos módulos contábeis é possível colher dados de toda movimentação do escritório e dos clientes como um todo, onde os resultados são precisos e dinâmicos, auxiliando na tomada de decisões nos cálculos dos impostos e provisões.

Por fim, através da entrevista foi possível verificar a junção dos sistemas contábeis com as matérias anteriormente citadas e toda a necessidade do conhecimento do domínio da tecnologia por parte do contador para desenvolver um trabalho eficiente e preciso.

# DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma das peças formadoras do Balanço Social, fundamentada pela Lei 11.638/07 a DVA é elaborada ao final de cada exercício social sendo obrigatória para as Companhias Abertas. Ela tem a função de identificar e divulgar a riqueza gerada pela entidade, expondo como essa riqueza foi distribuída aos demais setores que contribuíram para sua formação.

A DVA consiste em um relatório contábil, que demonstra os benefícios que as organizações oferecem à sociedade, e o quanto contribui para o desenvolvimento econômico. O valor adicionado pelas empresas calculados através da DVA constitui-se numa parte da riqueza gerada pelo país, assim, corresponde ao Produto Interno Bruto – PIB produzido pela entidade, sendo o PIB um indicador econômico que também mensura a riqueza gerada, porém com enfoque macroeconômico.

A DVA e o PIB têm entre si uma ligação direta, de maneira que o valor agregado pela entidade serve como base para estimar o PIB do país, assim, o PIB é estimado pelo somatório dos valores agregados pelos seus agentes econômicos, no qual, é possível relacionar as informações contidas na demonstração com a realidade socioeconômica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, juntamente ao Ministério do Planejamento o PIB anual brasileiro em valores correntes em 2010 “totalizou R$ 3.675 bilhões, dos quais R$ 3.135,6 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R$ 539,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.” (Indicadores IBGE – Contas Nacionais Trimestrais, 2010, p. 21).

Em 2011, houve um crescimento do PIB em relação a 2010, “totalizando R$ 4.143,0 bilhões, dos quais R$3.530,9 bilhões se referem ao Valor Adicionado a preços básicos e R$612,1 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.” (Indicadores IBGE – Contas Nacionais Trimestrais, 2011, p. 19).

O valor adicionado é representado pelas atividades do ano de três setores: a agropecuária, a indústria e serviços. No exercício de 2010 a agropecuária registrou R$180,8 bilhões, a indústria R$841,0 bilhões e os serviços R$2.113,8 bilhões, respectivamente, em 2011 a agropecuária registrou R$192,7 bilhões, a indústria R$972,2 bilhões e os serviços R$2.366,1 bilhões.

A DVA é elaborada como base no princípio da competência, é utilizada nos balanços sociais e seus dados são obtidos na Demonstração do Resultado, embora seus objetivos sejam distintos, pois a DVA não está exclusivamente direcionada para apuração do resultado. A DVA e a DR se completam tratando-se dos mesmos itens com enfoques diferentes, no qual, a DR tem por prioridade destacar o lucro líquido, e a DVA enfatizar a riqueza gerada e sua distribuição. Assim, pode–se dizer que “a DRE utiliza o critério da natureza e a DVA o critério do benefício.” (FIPECAFI, 2010, p. 592).

Por meio da DVA, é possível identificar a oscilação da riqueza que a empresa produziu, visualizando quais agentes ficaram com maior parcela da distribuição da riqueza e reconhecer se realmente esses agentes colaborou para essa geração.

Através da análise às Demonstrações Contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com base no exercício 2010, a DVA constitui um valor adicionado total a distribuir em R$ 7.345.315.000,00. Esse valor é originado através da apuração das receitas, que deduzindo os insumos adquiridos de terceiros, resulta o valor adicionado bruto, e diminuindo as retenções, gera o valor adicionado líquido produzido pela entidade, que acrescido ao valor adicionado recebido em transferências, decorre o valor adicionado total a distribuir. Já com base no exercício 2011, a DVA constitui um valor adicionado total a distribuir em R$ 8.213.532.000,00.

O valor adicionado somado foi distribuído entre empregados, tributos pagos ao Governo, remuneração de capitais de terceiros, e destinação de resultados. Conforme demonstrada a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISTRIBUIÇÃO VALOR ADICIONADO**  **(Valores em milhares de reais- R$) 2011-2010** | | |
|  | **2011** | **2010** |
| **Distribuição do valor Adicionado** | **8.213.532** | **7.345.315** |
| Empregados (Colaboradores) | 551.052 | 566.418 |
| Tributos Federais | 1.603.677 | 1.471.495 |
| Tributos Estaduais | 2.786.846 | 2.634.513 |
| Tributos Municipais | 28.422 | 24.959 |
| Encargos regulamentares da concessão | 1.310.613 | 1.119.378 |
| Remuneração do capital de terceiros | 360.817 | 180.864 |
| Destinação de resultados | 1.572.105 | 1.347.688 |

A partir do valor adicionado a distribuir, apresentado na DVA da Eletropaulo e o valor da parcela Valor Adicionado a preços básicos do PIB do exercício 2010 a Eletropaulo é responsável por 0,2343% na geração do PIB, e ao considerar apenas o setor de serviços a Eletropaulo é responsável por 0,3475% do valor adicionado, sendo que em 2011 foi responsável por 0,2326% no PIB, e no setor de serviços por 0,3471% do valor adicionado.

Segundo Matarazzo (1998, p. 153), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Sendo assim, para a análise dos dados extraídos da DVA da Eletropaulo e para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa, serão utilizados alguns índices em que o valor adicionado serve como importante indicador:

**Potencial do Ativo em Gerar Riqueza**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eletropaulo** | **Índice Potencial do Ativo em Gerar Riqueza** | |
|  | 2011 | 2010 |
| Valor Adicionado | R$8.213.532.000,00 | R$7.345.315.000,00 |
| Total do Ativo | R$10.765.981.000,00 | R$10.710.069.000,00 |
| Índice | 0,762915334 | 0,685832649 |

**Retenção da Receita:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eletropaulo** | **Índice Retenção da Receita** | |
|  | 2011 | 2010 |
| Valor Adicionado | R$ 8.213.532.000,00 | R$ 7.345.315.000,00 |
| Receita Total | R$15.240.153.000,00 | R$14.713.692.000,00 |
| Índice | 0,538940258 | 0,499216308 |

**Empregados:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eletropaulo** | **Índice Empregados** | |
|  | 2011 | 2010 |
| Empregados | R$ 551.052.000,00 | R$ 566.418.000,00 |
| Valor Adicionado | R$8.213.532.000,00 | R$7.345.315.000,00 |
| Índice | 0,067090747 | 0,077112826 |

**Juros:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eletropaulo** | **Índice Juros** | |
|  | 2011 | 2010 |
| Juros | R$348.597.000,00 | R$171.465.000,00 |
| Valor Adicionado | R$8.213.532.000,00 | R$7.345.315.000,00 |
| Índice | 0,042441789 | 0,023343450 |

**Dividendos:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eletropaulo** | **Índice Dividendos** | |
|  | 2011 | 2010 |
| Dividendos | R$ 734.072.000,00 | R$ 1.218.511.000,00 |
| Valor Adicionado | R$8.213.532.000,00 | R$7.345.315.000,00 |
| Índice | 0,089373487 | 0,165889550 |

**Impostos:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eletropaulo** | **Índice Impostos** | |
|  | 2011 | 2010 |
| Impostos | R$ 5.729.558.000,00 | R$ 5.250.345.000,00 |
| Valor Adicionado | R$8.213.532.000,00 | R$7.345.315.000,00 |
| Índice | 0,697575415 | 0,714788269 |

Através das análises feitas observou-se que no indicador Potencial do Ativo em Gerar Riqueza, houve um aumento no índice do ano de 2011 em relação a 2010, deste modo, foi retratado o quanto cada real investido no ativo da empresa gera riqueza a ser transferido para vários setores. No índice Retenção da Receita, observou-se um aumento em seus índices no ano de 2011, assim, neste ano haverá um valor maior que ficará retido na empresa para beneficiar os funcionários, acionistas, governo, financiadores e lucro retido. No índice Juros, também houve um aumento em 2011, conseqüentemente, haverá um aumento na participação dos bancos no valor adicionado da Eletropaulo.

Porém, em 2011 nos indicadores Empregados, Dividendos e Impostos mostra respectivamente, a redução da participação dos empregados, acionistas e do governo no valor adicionado da Eletropaulo.

Assim, todas as informações contidas no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, analisadas em conjunto proporciona o conhecimento da posição financeira, patrimonial e social da entidade em suas diversas áreas.

# DIREITO TRIBUTÁRIO E SUAS APLICAÇÕES

O tributo está previsto no art.3° da CTN (Código Tributário Nacional) este é definido como uma prestação obrigatória que o poder público impõe que não seja de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, classifica-se em duas espécies: tributos vinculados e não vinculados.

Os tributos não vinculados são aqueles que a partir do momento que é instituído em lei, são devidos independente de qualquer atividade estatal ao contribuinte, ou seja, não esta vinculada a nenhuma prestação especifica do Estado. Está espécie pode ser denominado Imposto, que é definido no art.16 do CTN. No entanto os tributos vinculados são aqueles que a partir do momento que é instituído, é devido apenas se houver uma atividade estatal prestada ou colocadas a disposição do contribuinte. Está espécie pode ser denominada taxa, que esta prevista no Art. 77 do CTN junto com a contribuição de melhoria.

O poder de policia está previsto no Art.78 CTN, é uma atividade da administração publica que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, sendo considerado quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Existem taxas especificas e divisíveis, a especifica é aquela que pode ser separada em unidades autônomas de intervenção, o contribuinte sabe o que esta pagando, e a divisível é quando for possível a utilização separada por cada um dos usuários, o fisco sabe qual usuário que esta utilizando.

Existem diversos tipos de contribuições, dentre elas:

1. As contribuições de melhoria são cobradas pelo ente federativo que realizar obra pública da qual decorra valorização imobiliária. O custo tem como base o custo total da obra, que será rateado entre os beneficiários na proporção da propriedade, em relação ao total da área objeto da obra pública, ele só pode ser instituído depois da realização da obra ou durante;
2. As contribuições especiais foram introduzidas em nosso ordenamento jurídico pelo art.149 da Constituição Federal;
3. As contribuições sociais são destinadas a custear atividades estatais especificas, que não são inerentes ao Estado, foi definida pelo art.195 da Constituição Federal;
4. As contribuições de intervenção no domínio econômico é exclusiva da União, por meio de Lei Ordinária ou medida provisória, é de natureza extra fiscal e visa intervir na economia para ajustar os objetivos da política econômica;
5. As contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas são devidas pelos profissionais o seu órgão de registro e fiscalização que tem natureza jurídica de autarquia.

O empréstimo compulsório privativo da União só pode ser instituído através de Lei Complementar, mediante a causa maior, utilizado exclusivamente ao o que gerou a instituição do tributo legalmente previsto.

São elementos do tributo o fato gerador, base de cálculo, alíquota, adicional e o montante do tributo.

O Fato Gerador é a concretização da hipótese de incidência tributária. A base de cálculo é o valor sobre o qual é aplicada um percentual para apurar o valor do tributo a pagar. A alíquota é um percentual previsto em lei, que é aplicada em cima da base de cálculo para calcular o montante, ela pode ser especifica ad valorem, progressiva e regressiva. A lei pode determinar o pagamento de um imposto adicional que incide, portanto sobre o valor que ela fixar. O montante do tributo é o resultado obtido pela aplicação da alíquota sobre a base de cálculo.

A Constituição Federal impõe limites ao poder de tributar por meio de princípios e normas próprias. Segundo FABRETTI (2011, p.184) “Os princípios são os fundamentos do ordenamento jurídico e prevalecem sobre todas as demais normas, só tendo validade se tiverem em estrita consonância com eles”.

Sendo os princípios da legalidade, imunidade, isonomia, anterioridade, noventena, vedação ao confisco, capacidade contributiva, principio da uniformidade geográfica e da liberdade de tráfego.

Segundo a doutrina a obrigação tributária é a relação jurídica que se estabelece entre o sujeito ativo que pode exigir de um sujeito passivo uma prestação de caráter patrimonial em virtude de uma causa que pode ser a vontade das partes ou a vontade da Lei.

Segundo FABRETTI (2011, p. 184):

*“Define planejamento tributário como a atividade preventiva que estuda a priori os atos e negócios jurídicos que o agente econômico pretende realizar. Sua finalidade é obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente devido por lei.”*

As formas de evitar o pagamento dos tributos pode ser a elisão fiscal, que é legitima e lícita, um planejamento que utiliza métodos legais para diminuir o peso da carga tributária num determinado orçamento. Respeitando o ordenamento jurídico, o administrador faz escolhas prévias que permitem minorar o impacto tributário nos gastos do ente administrado e a evasão fiscal não é legitima e lícita, consiste em uma prática que infringe a lei, cometida após o fato gerador da obrigação tributária, objetivando reduzi-la ou ocultá-la. Está prevista na Lei dos crimes contra a ordem tributária. ( Apêndice A).

# A INFLUÊNCIA DO PODER PÚBLICO SOBRE O PRIVADO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

Receita tributária são os ingressos provenientes da arrecadação de tributos, ou seja, impostos, taxas e contribuições de melhoria. Sendo assim, é uma receita privativa das entidades investidas do poder titular: União, Estado, Distrito Federal e Municípios. O CTN (Código Tributário Nacional), no art. 3º, define tributo como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Defini-se Renúncia de Receita como sendo o fato de desistência de cobrar um credito tributário (total ou parcialmente), manifestada pelo ente que possui competência para instituição do tributo. É pela concessão de incentivos fiscais que se pode operar a Renuncia de Receita, sendo uma regra.

Incentivos fiscais são estímulos criados pelo Governo para desenvolver e estimular, por meio de parcerias com a iniciativa privada, determinada região ou certo setor de atividade, provocando redução da receita pública de natureza compulsória ou o cancelamento de sua exigibilidade.

Renuncia Fiscal consiste na permissão legal de deduzir do valor do imposto a pagar determinada importância apurada na forma prevista em lei. Portanto, sua base de cálculo é o valor do imposto. A alíquota do incentivo é um determinado percentual aplicável, sobre o total do imposto, percentual este fixado em lei. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art.14, §1º, pode-se dizer que:

“*A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”*

Essa renuncia tem por objetivo auxiliar a ascensão da iniciativa privada, para que, esta possa passar a investir em determinados setores socioeconômicos. É o Estado abrindo mão de uma parcela dos impostos e transferindo seu poder de decisão para as empresas.

A Eletropaulo é uma empresa de energia elétrica, com características privadas, que tem por objetivo ser a melhor concessionária de distribuição de energia do Brasil até 2016. Para se desenvolver, a empresa promove o bem estar e o desenvolvimento por meio do fornecimento seguro, sustentável e confiável em soluções de energia. Visando sempre agir com integridade, colocando a segurança em primeiro lugar, honrando seus compromissos, buscando excelência e realizando-se no trabalho.

Com análise realizada na DVA da empresa Eletropaulo, do ano de 2011, conclui-se que a empresa realizou contribuições a nível Federal, com participação de R$1.603.677; Estadual, com R$2.786.846; Municipal, com R$ 28.422. Totalizando R$5.729. 558 de tributos pagos ao governo.

Utilizando como parâmetro de comparação a Receita Orçamentária, ou seja, todos os tributos que o estado recolhe, pode-se afirmar que dentre essas receitas de R$109.739.735.976,00 estão incluídas os R$5.729.558,00 da empresa Eletropaulo. É um valor relativamente, mínimo se comparado à capacidade de investido do estado, mas confirma o ingresso de todos os tributos pagos ao estado.

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) se restringe a três hipóteses, quando ligado ao setor de Energia Elétrica: 1- quando for objeto de operação de saída de energia elétrica; 2- quando consumida no processo de industrialização; 3- quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais. Na Empresa Eletropaulo, o valor do ICMS analisado na DVA, foi de R$ 2. 786. 262, 00, responsabilidade esta, paga ao governo estadual.

# SEGUROS DO ATIVO IMOBILIZADO

Souza conceitua a política de seguros como:

*“Seguro é uma operação que toma forma jurídica de um contrato, em que uma das partes (segurador) se obriga para com a outra (segurado ou beneficiário), mediante o recebimento de uma importância estipulada (prêmio), a compensá–la (indenização) por um prejuízo (sinistro), resultante de um evento futuro, possível e incerto (riscos indicados no contrato). (SOUZA, p. 23).”*

Em outras palavras, seguro é a operação pela qual o segurador recebe dos segurados uma prestação (premio), para formação de um fundo entre ele e o administrador que tem função de garantir o pagamento de uma soma em dinheiro aos que forem prejudicados pelos riscos previstos.

*“Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados (CC, art. 757).”*

O seguro é composto de uma cobertura básica obrigatória, que protege o negócio dos principais riscos a que está sujeito, e há coberturas opcionais, de acordo com o nível de exigência de cada negócio. O patrimônio da empresa, mesmo com a adoção de todas as medidas preventivas possíveis, sempre está exposto a perdas, e o seguro empresarial vem justamente para suprir a necessidade de proteger o patrimônio da empresa.

O investimento em seguros significa mais do que a simples contratação de um serviço financeiro, pode ser a garantia de continuidade dos negócios de uma empresa, principalmente em momentos não esperados.

O seguro empresarial tem por objetivo proporcionar a segurança e tranqüilidade necessária para uma dedicação total à atividade fim da empresa. É importante lembrar que o seguro deve ser escolhido não apenas pelo seu custo, mas também pelo tipo e o valor da cobertura da necessidade que a empresa tiver.

O trabalho foi feito com base nas informações fornecidas pelo balanço da empresa Eletropaulo, porém a mesma não demonstra em suas atividades financeiras nenhum tipo de seguro, tentamos contato com o departamento de patrimônio da empresa, porem não houve êxito; também conseguimos atendimento pelo chat da empresa e nenhum dos atendentes conseguiu passar as informações necessárias para conclusão do trabalho.

# A INTERLIGAÇÃO DO *MARKETING* COM A CONTABILIDADE

Atualmente, o mercado de trabalho vem sendo bastante competitivo, causando assim, grandes transformações nos ambientes de negócios. No entanto, muitas pessoas pensam que somente as empresas que trabalham diretamente com vendas de produtos é que vem sendo afetadas, mas infelizmente não são as únicas, as empresas prestadoras de serviços também estão sendo muito afetadas.

Com a era da tecnologia e com a facilidade que as pessoas estão tendo de aprimorar seus conhecimentos, fica cada vez mais difícil encontrar uma maneira de se destacar dentre tantas outras empresas, mas é nesse momento que o marketing é ingressado, ajudando cada vez mais os empreendedores a fazerem a diferença.

Segundo Kotler, marketing é o processo pelo qual as empresas criam valor para os clientes e constroem fortes relacionamentos com o cliente para capturar valor dos clientes em retorno.

De acordo com Las Casas (1991, p.12):

*“Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização ou indivíduo e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que estas relações causam no bem estar da sociedade.”*

As empresas de contabilidade também estão sentindo dificuldades de se diferenciarem das demais. Por serem empresas prestadoras de serviços, que são facilmente copiáveis e raramente podem ser protegidos, estão criando estratégias para que a mesma consiga efetivar as metas propostas.

A imagem que os clientes podem ter com os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade pode ser influenciada pelo mix de marketing.

Para Kotler, mix de marketing é o conjunto de ferramentas de marketing, ou seja, os 4p´s que a empresa utiliza para implementação de sua estratégia. São eles:

-Produto

-Preço

-Promoção

-Praça

O empresário contábil precisa conhecer e observar os 4p´s de modo que consiga fazer a interligação entre eles, com o intuito de obter resultados positivos para a empresa.

Para um empresário contábil conseguir obter êxito em seu escritório, precisa conseguir se destacar, com isso terá que está sempre atualizando os profissionais responsáveis pela realização dos serviços, ou seja, ter profissionais com especialização, serviços de alta qualidade, identificar quais tipos de consumidores terão como foco, fazer uma pesquisa de mercado para planejar os preços de honorários a serem cobrados e encontrar um meio de promover a sua imagem, e principalmente conseguir criar um vínculo de fidelidade com seus clientes.

São essas estratégias de marketing que fazem, com que, um simples escritório de contabilidade se torne diferenciado no mercado.

# CONCLUSÃO

O contador tem se tornado cada vez mais importante no mercado de trabalho, e que diante disso precisa se adaptar ao mesmo com características únicas, com o intuito de se tornar um profissional mais qualificado, visando sempre atender seus clientes com foco e da melhor forma possível, a fim de trazer maiores benefícios.

Através do marketing a empresa consegue criar estratégias para se diferenciar no mercado, fazendo com que se torne uma ferramenta de grande importância com o intuito de atender as necessidades e desejos dos clientes para desta forma adquirir um vínculo de fidelidade.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA é uma demonstração que contribui às demais áreas econômica, social, tributária e pública, sendo considerada como um grande instrumento de gestão. Através dela pode-se obter um conjunto de elementos que permite a análise do desempenho econômico da entidade e todos os efeitos sociais advindos da sua distribuição. Por meio das analises verificou-se a riqueza total agregada pela empresa e as respectivas distribuições aos setores que contribuíram para sua formação, bem como proporcionou o conhecimento da posição financeira, patrimonial e social da entidade em suas diversas áreas.

Sendo o Sistema de informações contábil implantado dentro de uma organização além de proporcionar ao profissional contábil grande oportunidade de crescimento também vem sendo peça fundamental para a empresa e suas tomadas de decisões.  Porém o contador não deixa de ser uma peça fundamental para o sistema, pois ele é quem analisa e se a responsabiliza pelas informações e a hora de apresentá-las.

Para o setor público ficou claro que os tributos estão totalmente ingressados no setor privado, ou seja, a arrecadação de tributos nos estados está intimamente ligada com as atividades das empresas privadas. Com análises no orçamento e na DVA concluímos a importância de uma contabilização feita de forma íntegra, correta, clara e precisa das informações geradas pela empresa.

O tributo é apenas um gênero, e possui várias espécies, que tem suas devidas tributações previstas em lei, porém o poder público tem limites para tributar, seguindo princípios, o que é fundamental para que não extrapolem usando seus poderes, sendo essencial o conhecimento de tal para sabermos dos nossos direitos e para onde nosso dinheiro esta se destinando, e principalmente conhecendo sobre o planejamento tributário, que tem sua devida importância, pois é um programa preventivo para pagar menos impostos, devendo ser de forma lícita, mas praticada, pois muitos de forma ilícita.

Por fim, o seguro, não devendo ser apenas analisado pelo seu custo, mas pelos benefícios e cobertura da necessidade que o fez. Sendo essencial, pois protege a empresa dos principais riscos e das coberturas opcionais, dependendo das exigências de cada um.

**10 - APÊNDICE**

**Entrevista a Anderson Vieira Fonseca – CRC MG 51188**

**A&A Assessoria Contábil**

*O que você entende sobre elisão e evasão fiscal?*

A elisão fiscal é quando através de um planejamento é evitado que gere um determinado fato (tributo), para que o tributo não seja devido, um estudo de dentro de cada situação a fim de melhorar a carga tributária, seja ela em diversas esferas.

A evasão fiscal é quando a empresa não planeja, é gerado o tributo e a mesma não paga, omitindo através de declarações, documentos falsos entre outros.

*Qual a realidade brasileira sobre o seu campo de atuação?*

A realidade brasileira para a contabilidade a meu ver esta sufocando os contadores, apesar de ter melhorado muito os recursos como um todo, porém as mudanças em ritmo acelerado demais, o governo cria as tais e não planeja as mudanças com prazo a serem cumpridas, estes mudam e não sabe definir com clareza os critérios.

*O que espera em termos de futuro para a profissão?*

Mais seriedade e comprometimento das empresas/proprietários.

Que o governo respeite mais a classe e defina as responsabilidades dos empresários e que as leis sejam mais claras.

**Entrevista a Ana Carolina Pietra**

**Mac Soluções Contábeis**

*O que você entende sobre elisão e evasão fiscal?*

Elisão é o não pagamento de impostos de forma lícita, ou seja, através de estudo e planejamento fiscal e tributário.

*Qual a realidade brasileira sobre o seu campo de atuação?*

Pode-se dizer que ainda existem empresas que não tem a noção da importância da contabilidade para seus negócios,continuam achando que os escritórios contábeis servem apenas para gerarem as guias devidas.

Pessoas leigas, pois quando uma empresa possui contabilidade regular podem-se extrair muitas informações que ajudarão na tomada de decisão de suas empresas.

*O que espera em termos de futuro para a profissão?*

Espero que os profissionais melhorem na área em que atua e se especialize nos devidos segmentos contábeis que lhe forem mais interessados.

**Entrevista a Angela Maria Santos Silva**

**Contabilidade Escai**

*O que você entende sobre elisão e evasão fiscal?*  
 Elisão e evasão fiscal são duas formas de evitar o pagamento de tributos. A evasão fiscal é o uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de taxas, impostos e outros tributos. Entre os métodos usados para evadir tributos estão a omissão de informações, as falsas declarações e a produção de documentos que contenham informações falsas ou distorcidas, como a contratação de notas fiscais, faturas, duplicatas,entre outros. Já a elisão fiscal configura-se num planejamento que utiliza métodos legais para diminuir o peso da carga tributária num determinado orçamento. Respeitando o ordenamento jurídico, o administrador faz escolhas prévias que permitem minorar o impacto tributário nos gastos do ente administrado.  
 Diferentemente da evasão fiscal (onde ocorre o fato gerador do tributo e o contribuinte não paga uma obrigação legal) na elisão fiscal, através do planejamento, evita-se a ocorrência do fato gerador. E por não ocorrer o fato gerador, o tributo não é devido. Dessa forma, o planejamento não caracteriza ilegalidade, apenas usa-se das regras vigentes para evitar o surgimento de uma obrigação fiscal.

*Qual a realidade brasileira sobre o seu campo de atuação?*  
 A realidade sobre a elisão e evasão fiscal é que os empresários não estão conseguindo cumprir a legislação com relação ao recolhimento dos tributos e taxas, por ser característica brasileira a carga tributaria muito elevada e haver cobrança de tributo,leva a elisão fiscal ou evasão, muitos não conseguem fazer de forma correta observando as brechas da legislação pertinente e acabam caindo na evasão fiscal ,que é mais conhecida como sonegação fiscal.

Então a divida da empresa vira uma bola de neve incontrolada, Os órgãos federais, criam artifícios, tais como parcelamentos, remissão de débitos (com relação a multa, juros, encargos) ou outros acréscimos sobre os tributos e taxas, mas mesmo assim os empresários não conseguem regularizar a situação,prejudicando as empresas, pois estas não conseguem participar de licitações, captar novos clientes, por exigirem certidões, o que leva a falência da empresa.  
 O que é preciso fazer é a criação de um imposto único e acabar com a corrupção, pois se reorganizar a nação sem haver corrupção começando pelos administradores do País, então haverá condições de funcionamento das empresas, sem precisar utilizar de elisões e ou  
evasões fiscais.   
  
*O que espera em termos de futuro para a profissão?*

Infelizmente, para conseguirmos ficar num mercado próspero, os profissionais da área precisam ser mais honestos e trabalharem com o cliente de forma correta, não aceitando nem orientando para formas ilícitas, devem se manter atualizados ,sempre um passo a frente, pois o cliente precisa do profissional para qualquer tomada de decisão.  
Desde a abertura do mercado globalizado e o acirramento da concorrência, a micro e pequena empresa desempenha um papel importante para o desenvolvimento do País. O fator organizacional é o ponto chave para a sobrevivência e continuidade no mercado de uma empresa, mostrando a importância da real situação econômica e financeira para o sucesso do negócio. A contabilidade serve como fonte teórica para a realização do planejamento. Trabalhar com os dados e informações fornecidas pela contabilidade e pela administração, visando sempre demonstrar aos administradores, os pontos que podem colocar em risco ou reduzirem a rentabilidade da empresa.  Esses são os passos que todo administrador de empresa espera da contabilidade para que seus negócios possam ser geridos de forma promissora.

**REFERÊNCIAS**

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.. **Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011 e 2010**. Disponível em: <<http://ri.aeseletropaulo.com.br/ListResultados.aspx?id_canal=thF7rBlZKLH8BmC41l38nw=&id_canalpai=iTOUk74Krtyd2rO989Q87w==>> Acesso em: 05 de Outubro 2012.

|  |  |
| --- | --- |
|  | FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. Direito tributário para os cursos de Administração e Ciências Contábeis. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 184 p.  FONSECA, Anderson Vieira. **Entrevista concedida a Aline Samara Pereira; Amanda Tamborini; Ana Caroline; Kerllen Kezia; Lorena Rodrigues Oliveira; Mayara Matos**. Belo Horizonte, 01 out. 2012.  GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 16. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012. xxv, 374 p.  Indicadores IBGE – **Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Volume e Valores Correntes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.  IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.  MARION, José Carlos. A Contabilidade e o contador. In: MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 11. ed. rev. e atual e mod. São Paulo: Atlas, 2005. Cap. 1, p. 29.  MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de direito tributário. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xxii, 328 p.  MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.  MOSCOVE, Stephen A. ; SIMKIN, Mark, et al. Uma introdução aos sistemas de informações contábeis. In: MOSCOVE, Stephen A. ; SIMKIN, Mark, et al. **SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p 19 – 44.  PIETRA, Ana Carolina. **Entrevista concedida a Aline Samara Pereira; Amanda Tamborini; Ana Caroline; Kerllen Kezia; Lorena Rodrigues Oliveira; Mayara Matos**. Belo Horizonte, 20 out. 2012.  RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.fazenda.sp.gov.br/cge2/frdet.asp?ano=2011&mes=00&per=02&ref=2011&fr=00&rel=01&conta=411000000>. Acesso: 24 Out. 2012.  REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira. **A lei 4.320 comentada:** e a lei de responsabilidade fiscal. 33. ed. Rio de Janeiro (RJ): IBAM, 2010. vii, 332 p.  SILVA, Ângela Maria dos Santos. **Entrevista concedida a Aline Samara Pereira; Amanda Tamborini; Ana Caroline; Kerllen Kezia; Lorena Rodrigues Oliveira; Mayara Matos**. Nova Lima, 11 out. 2012. |